



INDIANA SEGUROS S.A.

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A Indiana Seguros S.A. integra o Grupo HDI, composto pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguros, marca Aliro, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Global Seguros S.A., além da Fácil Assist, empresa de assistência 24h, e da Agrega, destinada à prestação de serviços aos corretores. O Grupo HDI é pertencente ao grupo alemão Talanx, um dos maiores conglomerados seguradores da Europa. O acionista direto da Companhia é a HDI Seguros S.A. **Atuação e Estrutura do Grupo:** O Grupo HDI atua no Brasil há mais de 40 anos, com forte presença nos ramos de seguros de automóveis, residenciais e empresariais, buscando constantemente atender às necessidades dos clientes e diversificar sua carteira. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador da Alemanha, presente em mais de 175 países e com aproximadamente 24 mil colaboradores. **Resultados e Evolução patrimonial:** A Indiana Seguros registrou o total de R\$ 108,3 milhões de prêmios emitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 136,6 milhões em 2024) e lucro líquido de R\$ 47,9 milhões (R\$ 29,5 milhões em 2024). Para sustentar essa operação, a Indiana Seguros conta com ativos de R\$ 964,1

milhões (R\$ 1.045,9 milhões em 2024) e reservas de R\$ 301,0 milhões (R\$ 345,0 milhões em 2024). Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2026:** A prioridade da Companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Governança corporativa:** Em conformidade com a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia valoriza fortemente a manutenção de controles internos eficazes e o rigoroso cumprimento das políticas e procedimentos definidos pela administração, bem como das legislações e regulamentações aplicáveis (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são formados por executivos de reconhecida experiência e prestígio nos âmbitos nacional e internacional. Além disso, o Grupo HDI dispõe de uma estrutura robusta de controle interno, que inclui funções específicas de compliance e gestão de riscos, plenamente alinhadas aos princípios e exigências estabelecidos pelos normativos do CNSP e da SUSEP. **Cumprimento das Disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025:**

Tabela - Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025) - Grupo HDI				
Indicador	2025	2024		
Mulheres - Líderes	36%	35%		
Mulheres - Não Líderes	56%	54%		
Executivos - Mulheres	16%	17%		
Conselho - Mulheres	17%	14%		
Remuneração feminina vs. masculina - Líderes	78%	77%		
Remuneração feminina vs. masculina - Não Líderes	79%	81%		
Indicadores baseados em salário mediano e remuneração média (fixa, variável e eventual). A metodologia compara grupos amplos sem considerar função específica, área, senioridade ou desempenho, não atendendo aos critérios da Lei 14.611/2023 e do art. 461 da CLT, que exigem comparação por função equivalente ou trabalho de igual valor. Agradecimentos: Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pela parceria contínua e pela confiança que nos é depositada; aos nossos clientes, pela preferência; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dedicadas; e aos nossos colaboradores, pelo comprometimento e dedicação incansáveis.				
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026				

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação básica)

BALANÇOS PATRIMONIAIS									
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Circulante		286.178	386.175	Circulante		245.763	254.415	Demonstração do resultado dos exercícios	Nota
Disponível		728	720	Contas a pagar	12	6.132	6.898	Prêmios emitidos	18.1
Caixa e bancos		728	720	Obrigações a pagar		1.525	1.302	(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	18.2
Aplicações	5	44.789	215.655	Impostos e encargos sociais a recolher		1.097	1.046	(-) Prêmios ganhos	
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	78.061	88.788	Impostos e contribuições		2.408	2.020	(-) Sinistros ocorridos	18.3
Prêmios a receber	6b	64.126	73.684	Outras contas a pagar		1.102	2.530	(-) Custos de aquisição	18.4
Operações com seguradoras		18	48	Débitos de operações com seguros e resseguros	13	37.332	36.506	(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	18.5
Operações com resseguradoras		13.917	15.056	Prêmios a restituir		-	1.261	(-) Resultado com resseguro	18.6
Outros créditos operacionais		5.551	4.851	Operações com seguradoras		-	2.031	(+) Receita com resseguro	
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	23.688	24.640	Operações com resseguradoras		13.757	9.105	(-) Despesa com resseguro	(21.361)
Títulos e créditos a receber	8	81.362	1.712	Corretores de seguros e resseguros		17.744	27.048	(-) Outros resultados com resseguro	-
Títulos e créditos a receber	8.1a	80.032	501	Outros débitos operacionais		5.831	(2.939)	(-) Despesas administrativas	18.7.1
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	1.226	1.106	Depósitos de terceiros	14	8.592	12.554	(-) Despesas com tributos	18.8
Outros créditos		104	105	Provisões técnicas - seguros	15	193.707	198.457	(+) Resultado financeiro	18.9
Outros valores e bens	9	519	617	Danos		193.219	197.822	(+) Resultado patrimonial	
Bens a venda		500	598	Pessoas		488	635	(-) Resultado antes dos impostos e participações	
Outros valores		19	19	Passivo não circulante		384.290	406.492	(+/-) Imposto de renda	18.10
Despesas antecipadas		12	12	Contas a pagar	12	1.823	1.861	(+/-) Contribuição social	18.10
Custos de aquisição diferidos	10	51.468	49.180	Tributos diferidos		171	209	(-) Lucro líquido dos exercícios	
Seguros		51.468	49.180	Outras contas a pagar		1.652	1.652	(/) Quantidade de ações	17.1
Ativo não circulante		677.927	659.704	Débitos das operações com seguros e resseguros	13	-	-	(=) Lucro líquido por ação básica (em reais)	
Realizável a longo prazo		677.251	658.876	Corretores de seguros e resseguros		1	2	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	
Aplicações	5	288.938	253.943	Provisões técnicas - seguros	15	107.299	146.586		
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	4	6	Danos		106.639	145.670		
Prêmios a receber	6b	4	6	Pessoas		660	916		
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	15.387	24.066	Outros débitos	16	275.167	258.043		
Títulos e créditos a receber	8	335.043	324.038	Provisões judiciais		275.167	258.043		
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	62.668	68.121	Patrimônio líquido	17	334.052	384.972		
Depósitos judiciais e fiscais	8.1b e 16	272.375	255.917	Capital social		311.199	311.199		
Custos de aquisição diferidos	10	37.879	56.823	Reservas de capital		44	44		
Seguros		37.879	56.823	Reservas de reavaliação		284	340		
Investimentos		84	102	Reservas de lucros		29.079	86.582		
Imóveis destinados a renda		84	102	Ajuste de avaliação patrimonial		6.554	(13.193)		
Imobilizado	11	592	726	Total do Passivo		964.105	1.045.879		
Imóveis de uso próprio		592	726						
Total do Ativo		964.105	1.045.879						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas Explicativas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
					Reserva estatutária	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		311.199	44	397	42.911	13.903	(2.261)	-	366.193
Ajuste adoção CPC 48		-	-	-	-	-	-	179	179
Reserva de reavaliação:									
Realização		-	-	(57)	-	-	-	57	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	(10.932)	-	(10.932)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	29.532	29.532
Reservas estatutárias		-	-	-	28.291	-	-	(28.291)	-
Reserva legal		-	-	-	-	1.477	-	(1.477)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		311.199	44	340	71.202	15.380	(13.193)	-	384.972
Distribuição de dividendos		-	-	-	(71.000)	-	-	-	(71.000)
Reserva de reavaliação:									
Realização		-	-	(56)	-	-	-	56	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	6.638	-	6.638
Perdas esperadas de ativos financeiros		-	-	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	47.893	47.893
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva Estatutária		-	-	-	11.103	-	-	(11.103)	-
Reserva legal		-	-	-	-	2.395	-	(2.395)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(34.452)	(34.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		311.199	44	284	11.305	17.775	(6.554)	-	334.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indiana Seguros S.A. (doravante “Companhia”) foi constituída em 18 de maio de 1945, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizado na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e de vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. No dia 27 de maio de 2023, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (*EPA - Equity Purchase Agreement*) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e YLM International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da YLM International Brasil Ltda., que é detentora de 100% da ações emitidas pela Yelum Seguros S.A. e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L. (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da YLM International Brasil Ltda. Após a aprovação da transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o cumprimento de todas as condições precedentes, o fechamento ocorreu em 22 de novembro de 2023. A Companhia a partir desse momento é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Em 31 de janeiro de 2024, a HDI Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da YLM International Brasil Ltda. (Controlada) pela HDI Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.603606/2024-92, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 4/2024/DIR1/SUSEP, na data de 23 de fevereiro de 2024. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificação de incorporação, em 1º de maio de 2024 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada YLM International Brasil Ltda., pela sua controladora HDI Seguros S.A.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 24 fevereiro de 2026 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 fevereiro de 2026. **2.1 Base para mensuração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, utilizando o custo histórico como base, exceto para certos ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional e de apresentação é o Real (R\$). As informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração aplicou estimativas e julgamentos que impactam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas podem ser revistas caso ocorram alterações nas circunstâncias que lhes deram origem ou em decorrência de novas informações ou maior experiência, sendo que os efeitos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas indicadas a seguir apresentam informações sobre julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, bem como sobre incertezas relacionadas às estimativas que podem resultar em desfechos significativamente diferentes dos valores contabilizados: • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.6 e 15 - Provisões técnicas; • Notas 3.11 e 16 - Provisões judiciais/Contingências; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.3. Novas normas e**

interpretações: **2.3.1. Mudanças de políticas contábeis e divulgação adotadas pela Companhia:** **Alteração na classificação contábil dos Prêmios a Restituir:** A partir de 1º de janeiro de 2025, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia passou a contabilizar os Prêmios a Restituir no Grupo Provisões Técnicas - Seguros, até então contabilizados no grupo Outras contas a pagar. O balanço patrimonial de 2024, apresentado para fins de comparação, não foi reapresentado para incorporar tal alteração, conforme determinado pela SUSEP por meio do OFÍCIO CIRCULAR ELETRÔNICO Nº 4/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP. **2.3.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** **CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento Técnico CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro emitidos, bem como regras semelhantes para contratos de resseguro mantidos e contratos de investimento com características de participação discricionária. A aplicação do CPC 50 ocorrerá quando referendada pela SUSEP, conforme determinações regulatórias vigentes. **2.3.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** **Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois, que visam reformar a tributação corporativa internacional para garantir que grupos multinacionais paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva calculada nesse modelo é denominada GloBE effective tax rate. Essas regras dependem de aprovação pela legislação local de cada país. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, permitindo isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação do Pilar Dois. No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, instituiu, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). O objetivo é garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados, alinhando-se ao modelo da OCDE e assegurando que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. A Companhia realizou o teste de safe harbor e não espera aumento da carga tributária no Brasil em decorrência da aplicação das referidas regras. **Normas emitidas pela IFRS® Foundation:** As seguintes alterações foram emitidas pela IFRS® Foundation, mas não estavam em vigor para o exercício de 2025. Ressalta-se que a adoção antecipada não é permitida no Brasil, conforme determinações da SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Norma	Objetivo Principal	Data de Vigência
Melhorias anuais volume 11/IFRS10/IFRS9/IFRS 1. IFRS7/IAS 7)	Ajustes pontuais para clareza e consistência em consolidação, instrumentos financeiros e apresentação de fluxos de caixa.	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Revisão na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo contratos vinculados à geração de energia.	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Substitui parte do IAS 1, trazendo maior comparabilidade e transparência na apresentação das demonstrações.	01/01/2027 (aplicação retrospectiva)
IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas	Simplificação para subsidiárias que aplicam IFRS sem obrigação pública de prestação de contas.	01/01/2027

A Companhia ainda não concluiu e dos impactos da futura adoção dessas normas sobre suas demonstrações financeiras, quando aplicável. **Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a

Reforma Tributária sobre o consumo, alterando a estrutura de tributos federais, estaduais e municipais, com impactos relevantes para o setor de seguros. A implementação ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma definido pela legislação e regulamentações complementares. As Leis Complementares 214/2025 e 227/2026 definem as regras operacionais, alíquotas e obrigações acessórias aplicáveis ao setor. **Impactos e implementações futuras para seguradoras:** A Reforma implicará ajustes nos processos de apuração, sistemas de faturamento, modelos de precificação e obrigações acessórias, exigindo adequação às novas regras de incidência sobre operações de seguros. **Plano de implementação da Companhia:** A Companhia já elaborou seu plano de implantação das alterações necessárias, com base na regulamentação vigente e nos sistemas e modelos disponíveis até a presente data. A Companhia já iniciou estudos para adequação às mudanças previstas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição, que apresentam insignificante risco de alteração no valor justo. Esses ativos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e estão registrados na rubrica “caixa e bancos” nas demonstrações financeiras. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii) Ativos financeiros mensurados ao**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

custo amortizado: Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):* Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. *iv) Determinação do valor justo:* Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. *v) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):* A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: *SPPI Test:* O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, AA+ -> AA -> AA-) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3: Default** ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. *vi) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradores com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitálicas em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos e adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros mensuráveis com confiabilidade. Despesas de reparo e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada dos bens. **3.6 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, suas alterações posteriores, e com a Resolução CNSP nº 432/21, observando critérios, parâmetros e fórmulas definidos nas Notas Técnicas Atuariais (NTA). A seguir, descrevem-se as principais provisões: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE):** corresponde à parcela da receita a ser apropriada pelo regime de competência, considerando o prazo de cobertura dos riscos assumidos e já emitidos na data-base. É calculada pelo método *pro rata die* sobre o prêmio comercial, incluindo cosseguro aceito, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido. **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** complementa a PPNG-RVE, abrangendo riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo utiliza metodologia baseada em triângulos de *run-off*, considerando o intervalo entre início de vigência e emissão das apólices do histórico de emissões, acrescido das informações conhecidas na data-base. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** refere-se à estimativa de pagamentos para sinistros avisados e pendentes de liquidação, brutos de resseguro e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido. Os valores são atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR):** destinada à cobertura de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. É calculada com base em metodologia atuarial, considerando histórico de ocorrência e aviso, utilizando triângulos de *run-off*. Para sinistros da carteira de massificados, aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros apenas sobre a estimativa judicial, enquanto para grandes riscos o referido desconto aplica-se às parcelas administrativa e judicial, utilizando taxas pré-fixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ET TJ). A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER):** realizado de forma agregada para sinistros não pagos, com base em metodologias como Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter-Ferguson. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** abrange despesas esperadas com sinistros ocorridos, incluindo Despesas Alocáveis (ALAE) e sucumbência. **• ALAE e Sucumbência:** Estimadas com base em histórico, triângulos de *run-off* e metodologias como Bornhuetter-Ferguson. A atualização é feita por incremento mensal. **Estimativa de Salvados e Ressarcimentos:** representa a expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcimentos de sinistros não liquidados. O cálculo utiliza metodologias atuariais usuais. **Política de Atualização e Revisão das Metodologias** As metodologias utilizadas para constituição das provisões técnicas são periodicamente revisadas e atualizadas, conforme exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. Essas revisões são formalizadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), garantindo aderência às normas da SUSEP e à Resolução CNSP nº 432/21. **3.7 Testes de adequação dos passivos (TAP):** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realiza o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base. Os contratos são agrupados por ramos, conforme a Circular SUSEP nº 682/22, considerando a homogeneidade de riscos. O teste consiste na comparação entre o valor contábil das provisões técnicas e a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ), opção prefixada, conforme determinações da SUSEP. Os fluxos incluem sinistros ocorridos (avisados e não avisados), sinistros a ocorrer, despesas administrativas, impostos e recuperações, considerando premissas atuariais fundamentadas em histórico contábil e expectativas de evolução da carteira. Caso seja identificad insuficiência, a Companhia reconhece imediatamente a perda no resultado do período, mediante constituição de provisões adicionais aos passivos de seguros. A referida insuficiência somente deve ser contabilizada se apurada no total, ou seja, considerando a soma de todos os agrupamentos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o TAP não indicou necessidade de ajuste nas provisões técnicas. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade por agrupamento de ramos, baseada em série histórica de até 60 meses, resultando em sinistralidade global de 41,73%. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados e os sinistros a ocorrer, acrescidos das respectivas despesas, deduzidos dos custos de aquisição e cancelamento. O resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo.

	Sinistros a Ocorrer		
Grupo de Ramo	Provisões Contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel	41.985	33.847	(8.138)
Patrimonial	16.035	14.754	(1.281)
Responsabilidades	1.499	1.002	(497)
Transportes	80	53	(27)
Rural	75.040	34.498	(40.542)
Pessoal	11	(13)	(24)
Total	134.650	84.141	(50.509)

Política de Atualização e Revisão das Metodologias: As metodologias utilizadas no TAP são revisadas periodicamente, considerando exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. **3.8 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos decorrentes de operações de seguros e resseguros e depósitos de terceiros. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. As obrigações são baixadas quando liquidadas ou quando não houver expectativa de saída futura de recursos para sua quitação. **3.9 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados são registrados no grupo de Despesas Administrativas, sob a rubrica Despesas com Pessoal, conforme as seguintes técnicas de mensuração: Benefícios de curto prazo e por desligamento são mensurados pelo valor não descontado que se espera pagar quando a obrigação é liquidada. Planos de contribuição definida são reconhecidos pelo valor das contribuições devidas no período. A Companhia não concede benefícios pós-emprego definidos nem planos de remuneração baseados em ações. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com Imposto de Renda e CSLL compreende os valores reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Imposto corrente: corresponde ao valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. Imposto diferido: reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. **3.11 Provisões judiciais:** As provisões são constituídas pelo valor estimado dos desembolsos relacionados a ações judiciais em curso cuja probabilidade de desembolso futuro seja considerada perda provável, conforme avaliação da Administração e dos assessores jurídicos. Contingências ativas não são reconhecidas até que haja decisão favorável definitiva ou celebração de acordo. **3.12 Classificação dos contratos de seguros:**

São classificados como contratos de seguros aqueles em que a Companhia assume risco de seguro significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo caso ocorra evento futuro, incerto e específico que lhe cause prejuízo. Os contratos de resseguro são tratados como contratos de seguro, por também transferirem risco significativo. **3.13 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os custos de aquisição são reconhecidos na emissão das apólices ou no início da vigência do risco, quando aplicável, e apropriados linearmente ao longo do período de cobertura, por meio da constituição e reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos e dos Custos de Aquisição Diferidos. Os juros cobrados sobre parcelamento de prêmios são diferidos e apropriados ao resultado no mesmo prazo do parcelamento. As despesas e receitas de resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios correspondentes, enquanto as relativas a resseguros não proporcionais são apropriadas conforme o período de cobertura dos contratos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta a diferentes tipos de riscos, classificados principalmente em: **• Risco de seguro** (subscrição); **• Risco financeiro**, composto por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado; **• Risco operacional**. A estratégia de gestão de riscos é orientada pela estratégia corporativa e pela capacidade de absorção de riscos, considerando o nível de solvência. Para cada risco, conforme sua natureza e materialidade, são adotados processos específicos de gestão e monitoramento integrado. Esta nota apresenta informações gerais sobre essas exposições e os critérios utilizados para gestão e mitigação. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros é dinâmico e complexo, exigindo práticas robustas de gestão de riscos. A Companhia adota um modelo integrado, envolvendo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e áreas operacionais, com base em políticas e diretrizes que consideram a complexidade dos produtos, serviços e processos. A estrutura segue o modelo de três linhas de defesa: **• Primeira linha:** áreas de negócio, responsáveis pela identificação, avaliação e mitigação dos riscos. **• Segunda linha:** áreas de gestão de riscos, controles internos e compliance, que monitoram a exposição e conformidade. **• Terceira linha:** auditoria interna, que avalia de forma independente a efetividade dos controles. Conforme o Estatuto Social, a Companhia utiliza o Comitê de Auditoria, que atua também como Comitê de Riscos, e Comitê de Remuneração da controladora HDI Seguros S.A., que fornece suporte independente à Administração na avaliação do ambiente de controles internos, transparência das demonstrações financeiras e cumprimento das normas. O resumo do relatório do Comitê é divulgado junto às demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. Além disso, o Conselho reúne-se periodicamente com a Diretoria para acompanhar a execução da estratégia e deliberar sobre ajustes, incluindo temas de gestão de riscos. Adicionalmente, a Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos. **4.1 Gestão de risco de seguro/subscrição:** O risco de seguro decorre da incerteza quanto à ocorrência e severidade de sinistros. O risco de subscrição surge quando os resultados diferem das expectativas da política de subscrição ou das estimativas de provisões técnicas. Principais fatores incluem: **• Flutuações** na frequência e severidade dos sinistros; **• Precificação** inadequada; **• Políticas** de resseguro insuficientes; **• Provisões técnicas** inadequadas. **Estratégia de subscrição:** Baseada na análise de perfis, histórico de carteiras e variáveis de risco, visando diversificação e equilíbrio da carteira. A Companhia utiliza tecnologia e modelos estatísticos para seleção e precificação dos riscos. **Monitoramento:** A carteira é acompanhada continuamente, com auditoria atuarial independente anual e teste de adequação de passivos, conforme Resolução CNSP nº 432/21. **Estratégia de resseguro:** Política revisada semestralmente, com contratos proporcionais e não proporcionais, incluindo riscos facultativos, respeitando limites de retenção definidos pela SUSEP. **Prêmios de seguros por região e grupo de ramos:** A tabela a seguir compreende os prêmios de seguros emitidos e RVNE, líquidos de cancelamentos e restituições por região e grupo de ramos onde a Companhia opera:

	Bruto de resseguro em 31/12/2025										31/12/2024	
Região geográfica	Auto-móvel	%	Rural	%	Demais Ramos	%	Trans-portes	%	Patri-monial	%	Total	%
Centro-Oeste	2.338	7%	28.523	41%	132	9%	–	0%	115	42%	31.107	29%
Nordeste	4.308	13%	2.544	4%	124	9%	(3)	1%	497	4%	7.470	7%
Norte	590	2%	2.125	3%	21	1%	–	0%	11	3%	2.747	3%
Sudeste	15.723	47%	9.314	13%	749	52%	(637)	130%	2.321	12%	27.470	25%
Sul	10.444	31%	27.005	39%	418	29%	151	-31%	1.561	39%	39.578	37%
Total	33.402	100%	69.510	100%	1.444	100%	(489)	100%	4.505	100%	108.372	100%
	Líquido de resseguro em 31/12/2025										31/12/2024	
Região geográfica	Auto-móvel	%	Rural	%	Demais Ramos	%	Trans-portes	%	Patri-monial	%	Total	%
Centro-Oeste	2.338	7%	24.511	9%	129	3%	–	0%	89	42%	27.067	28%
Nordeste	4.350	13%	2.213	9%	124	11%	(3)	1%	381	4%	7.065	7%
Norte	576	2%	1.828	2%	21	0%	–	0%	9	3%	2.434	3%
Sudeste	15.737	47%	6.384	52%	723	53%	(657)	130%	1.881	12%	24.068	25%
Sul	10.449	31%	23.216	29%	405	34%	151	-30%	1.133	39%	35.354	37%
Total	33.450	100%	58.152	100%	1.402	100%	(509)	100%	3.493	100%	95.988	100%

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica, apresentada na nota 18.3. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade na data de levantamento das demonstrações financeiras:

	31/12/2025		31/12/2024	
Ramo atuação	Prêmio ganho bruto de resseguro	Prêmio ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade líquido de resseguro
Automóvel	50.549	45.345	505	453
Demais Ramos	3.213	1.236	32	12
Patrimonial	22.935	18.228	229	182
Rural	17.959	62.635	720	626
Transportes	211	62	2	1
Total	148.867	127.506	1.489	1.275
	31/12/2024		31/12/2024	
Ramo atuação	Prêmio ganho bruto de resseguro	Prêmio ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% na sinistralidade líquido de resseguro
Automóvel	17.111	60.978	717	610
Demais Ramos	16.570	13.147	166	131
Patrimonial	47.286	29.259	473	293
Rural	73.896	69.487	739	695
Transportes	8.368	4.871	84	49
Total	217.831	177.742	2.178	1.777

4.2 Gestão de risco de liquidez: Relaciona-se à capacidade de honrar obrigações sem perdas significativas. A política de investimentos, aprovada pelo Conselho, assegura liquidez suficiente para obrigações regulatórias e operacionais. A gestão integrada de ativos e passivos permite antecipar necessidades e indicar aportes de capital, se necessário. **Fluxos de caixa contratuais não descontados:**

Composição da carteira	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo contábil 31/12/2025	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo contábil 31/12/2024
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro						
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	11.110	26.092	37.202	–	60.554	60.554
Debêntures	11.110	–	11.110	–	27.247	27.247
Quotas de fundos de investimento	–	26.092	26.092	–	33.307	33.307
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	7.587	288.938	296.525	182.348	226.696	409.044
Títulos de renda fixa públicos	7.587	288.938	296.525	182.348	226.696	409.044
- Recebíveis						
Prêmios a receber de segurados	64.126	4	64.130	73.684	6	73.690
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	13.935	–	13.935	15.104	–	15.104
Outros créditos operacionais	5.551	–	5.551	4.851	–	4.851
- Ativos de resseguro	23.688	15.387	39.075	24.640	24.066	48.706
- Títulos e créditos a receber	80.032	–	80.032	501	–	501
- Outros créditos	104	–	104	105	–	105
- Outros valores e bens	519	–	519	617	–	617
- Depósitos judiciais e fiscais	–	272.375	272.375	–	255.917	255.917
- Disponível e equivalentes de caixa	728	–	728	720	–	720
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	207.380	602.796	810.176	302.570	567.239	869.809
Passivos						
Contas a pagar	6.132	1.823	7.955	6.898	1.861	8.759
Débitos de operações com seguros e resseguros	37.332	1	37.333	36.506	2	36.508
Provisões técnicas - seguros	193.707	107.299	301.006	198.457	146.586	345.043
Outros débitos - provisões judiciais	–	275.167	275.167	–	258.043	258.043
Total dos passivos	237.171	384.290	621.461	241.861	406.492	648.353

4.3 Risco de mercado: Decorre de variações em preços de ativos, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia utiliza limites, processos e ferramentas para gestão, incluindo *Value at Risk* (VaR) e testes de estresse, conforme práticas de mercado e regulamentação. O VaR do Portfólio de Investimentos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 11,34 milhões ou 3,42% do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. O resultado do teste de stress, nos cenários dados pela B3, é de R\$ 8,97 milhões, ou 2,68% do total das aplicações. **Sensibilidade à taxa de juros:** Para análise de sensibilidade verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 *basis points*, os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro de 2025:

Posição	Exposição em R\$	Cenário	Efeito líquido de impostos em R\$
PRÉ	158.820	elevação de 100 bps	(3.226)
		redução de 100 bps	3.226
Cupom de IPCA	8.223	elevação de 100 bps	(421)
		redução de 100 bps	421
Cupom de IGP-M	23.546	elevação de 100 bps	(805)
		redução de 100 bps	805
Selic	106.724	elevação de 100 bps	(2.994)
		redução de 100 bps	2.994

Gestão de risco de crédito: Refere-se à possibilidade de inadimplência de contrapartes. A Companhia monitora ativos financeiros individual e coletivamente, considerando *ratings* de crédito e capacidade financeira. Exposição a prêmios a receber é mitigada por cancelamento de cobertura em caso de inadimplência nos ramos a decorrer. Para resseguradoras, são observados os requisitos da SUSEP e critérios de qualidade de crédito. **Classificação dos ratings dos ativos financeiros:** A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto as agências renomadas de *rating* (Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's, entre outras). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos de condomínios abertos e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AA-	AAA	A++	A+	A	A1	BB	Sem rating	contábil 31/12/2025	contábil 31/12/2024
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	-	-	-	12.090	-	13.430	571	26.091	33.306
Quotas de fundos de investimento	-	-	-	-	12.090	-	13.430	571	26.091	33.306
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	307.636	-	-	-	-	-	-	307.636	436.292
Debêntures	-	11.110	-	-	-	-	-	-	11.110	27.247
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	106.339	-	-	-	-	-	-	106.339	52.027
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	35.883	-	-	-	-	-	-	35.883	198.816
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	8.224	-	-	-	-	-	-	8.224	19.469
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	23.545	-	-	-	-	-	-	23.545	25.312
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	122.535	-	-	-	-	-	-	122.535	113.421

→★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Composição da carteira por classe e por categoria contábil						Sem		Saldo	Saldo
	AA-	AAA	A++	A+	A	A1	BB	rating 31/12/2025	contábil 31/12/2024
- Recebíveis	1.928	—	191	24	1.218	16	—	473.072	476.449
Prêmios a receber de segurados	—	—	—	—	—	—	—	64.130	73.690
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	—	—	—	—	—	—	—	13.935	13.935
Outros créditos operacionais	—	—	—	—	—	—	—	5.551	5.551
- Ativos de resseguro	1.928	—	191	24	1.218	16	—	35.698	39.075
- Títulos e créditos a receber	—	—	—	—	—	—	—	80.032	80.032
- Outros créditos	—	—	—	—	—	—	—	104	104
- Outros valores e bens	—	—	—	—	—	—	—	519	519
- Depósitos judiciais e fiscais	—	—	—	—	—	—	—	272.375	272.375
- Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	—	—	—	728	728
Total do circulante e não circulante	1.928	307.636	191	24	13.308	16	13.430	473.643	810.176

Gestão de capital: Objetiva manter níveis adequados para atender aos requerimentos regulatórios (Resolução CNSP nº 432/21) e otimizar retorno aos acionistas. O capital mínimo requerido é apurado com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	334.052	384.972
Deduções	—	(379)
Despesas antecipadas	(12)	(12)
Crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa	—	(53.695)
Crédito tributário de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(53.695)	(57.602)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	13.606	19.850
Ajuste do excesso de PLA	(1.599)	(6.969)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	292.352	339.860
Nível 1	274.234	320.276
Nível 2	13.606	19.850
Nível 3	6.111	6.703
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido ajustado (PLA) de nível 2 e nível 3	(1.599)	(6.969)
Capital de risco (a)	36.234	39.170
Capital de risco - Subscrição	18.885	25.562
Capital de risco - Crédito	17.137	12.707
Correlação	(10.247)	(10.329)
Capital de risco - Operacional	1.227	1.459
Capital de risco - Mercado	9.232	9.771
Capital base - CB - (b)	15.000	15.000
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre (a) ou (b))	36.234	39.170
Suficiência de capital	256.118	300.690
Suficiência de capital (% da EC)	706,84%	767,65%

Gestão de risco operacional: Abrange perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos, incluindo risco legal e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia utiliza base de dados de perdas operacionais e avaliação de controles internos, conforme circular SUSEP nº 648/21.

Gestão de Governança e responsabilidade: A gestão de riscos da Companhia está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e às normas regulatórias aplicáveis (Resoluções CNSP, Circulares SUSEP e CPC). O Conselho de Administração é responsável pela supervisão da estrutura de gestão de riscos, garantindo que políticas, processos e controles sejam adequados à complexidade das operações. A Diretoria Executiva assegura a implementação das diretrizes e o monitoramento contínuo das exposições, reforçando o compromisso com transparência, conformidade e sustentabilidade do negócio.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria:

Aplicação/categoria	Nível hierárquico (1)	31/12/2025				31/12/2024			
		Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil
Quotas de fundos de investimento	2	26.092	—	26.092	26.092	7,82%	33.307	—	33.307
Valor justo por meio do resultado (VJR)		26.092	—	26.092	26.092	7,82%	33.307	—	33.307
Debêntures	2	11.088	21	11.110	11.110	3,33%	26.698	549	27.247
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	106.154	184	106.339	106.339	31,86%	51.991	37	52.028
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	36.439	(555)	35.882	35.882	10,75%	201.992	(3.178)	198.814
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	8.947	(724)	8.224	8.224	2,46%	20.153	(784)	19.369
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	1	25.656	(2.111)	23.545	23.545	7,06%	26.793	(1.381)	25.412
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	130.276	(7.741)	122.535	122.535	36,72%	130.652	(17.231)	113.421

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	318.560	(10.926)	307.635	307.635	92%	458.279	(21.988)	436.291	436.291
Total	344.652	(10.926)	333.727	333.727	100%	491.586	(21.988)	469.598	469.598
Ativo circulante			44.789					215.655	
Ativo não circulante			288.938					253.943	

Hierarquia do valor justo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Movimentação das aplicações financeiras:

	Títulos Públicos	Títulos Privados	Quotas de Fundo de Investimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	409.044	27.247	33.307	469.598
Aplicações	233.621	—	27.287	260.908
Resgates	(410.363)	(18.418)	(39.758)	(468.539)
Rendimentos	52.632	2.808	5.256	60.696
Variação no valor justo dos ativos financeiros	11.591	(527)	—	11.064
Saldo em 31 de dezembro de 2025	296.525	11.110	26.092	333.727

c. Taxa de juros contratada:

Título	Categoria	31/12/2025		31/12/2024	
		Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil
Debêntures (CDI +)	Título privado de renda fixa	1,47%	11.110	1,58%	27.247
Letras financeiras do tesouro (LFT)	Título de renda fixa público	Selic	106.339	Selic	52.028
Letras do tesouro nacional (LTN)	Título de renda fixa público	12,77%	35.882	13,81%	198.814
Notas do tesouro nacional (Série B)	Título de renda fixa público	6,08%	8.224	5,56%	19.369
Notas do tesouro nacional (Série C)	Título de renda fixa público	5,59%	23.545	5,59%	25.412
Notas do tesouro nacional (Série F)	Título de renda fixa público	9,74%	122.535	9,72%	113.421
Total			307.635		436.291

d. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 12,93% no acumulado de 2025 (10,41% em 2024), representando 90,36% do CDI que foi de 14,31% no mesmo período (96,52% do CDI que foi 10,78 em 2024).

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a receber de segurados (6b)	66.662	75.875
Operações com seguradoras	23	165
Operações com resseguradoras	13.917	15.056
Provisão para redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados (6b)	(2.532)	(2.185)
Operações com seguradoras	(5)	(117)
Total	78.065	88.794
Ativo Circulante	78.061	88.788
Ativo Não Circulante	4	6

b. Prêmios a receber de segurados por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a vencer	55.586	60.403
1 a 30 dias + RVNE (*)	27.625	33.726
31 a 60 dias	9.664	9.359
61 a 120 dias	13.223	12.531
121 a 180 dias	3.034	2.913
181 a 365 dias	2.036	1.868
Superior de 365 dias	4	6
Prêmios a vencidos	11.075	15.472
1 a 30 dias	6.848	10.886
31 a 60 dias	3.023	3.558
61 a 120 dias	409	45
121 a 180 dias	83	93
181 a 365 dias	110	427
Superior de 365 dias	602	463
Total	66.662	75.875
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.532)	(2.185)
Total de prêmios a receber de segurados	64.130	73.690
Ativo circulante	64.126	73.684
Ativo não circulante	4	6

(*) O saldo da RVNE no montante de R\$ 4.752 (6.552 em 2024) foi alocado na coluna "À vencer - 1 a 30 dias". Os prêmios de cosseguro aceito vencidos correspondem a um total de R\$ 6 sendo que acima de 180 dias temos R\$ 2 para estes valores, temos estudos técnicos de Redução ao valor recuperar sem indícios de probabilidades de inadimplência.

c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	73.690	113.799
Prêmios de seguros diretos	105.029	103.144
Prêmios de cosseguros aceitos	5.602	47.195
Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	(1.800)	(2.937)
IOF sobre prêmios diretos	2.537	3.490
IOF sobre prêmios diretos recebidos	(2.599)	(4.157)
(+/-) Redução ao valor recuperável	(347)	959
Recebimentos	(117.983)	(187.803)
Saldo no final do exercício	64.130	73.690

d. Prêmios a receber de segurados por segmento:

Ramo	31/12/2025	31/12/2024	Prazo médio de parcelamento
Automóvel	12.200	13.082	7 meses
Demais ramos	1.341	3.072	5 meses
Rural	43.005	41.808	2 meses
Transportes	6.970	7.279	1 mês
Vida	2	9	1 mês
Patrimonial	3.143	10.625	1 mês
Subtotal	66.662	75.875	
(-) Redução ao valor recuperável	(2.532)	(2.185)	
Total	64.130	73.690	
Circulante	64.126	73.684	
Não circulante	4	6	
Total	64.130	73.690	

7. ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a. Ativos de resseguros - provisões técnicas:

Ramo	Ativos de resseguro									
	PPNG		PPNG-RVNE		PSL / PDR		IBNR		IBNER	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	9.534	14.779	12	19	404	1.094	164	295	33	278
Demais Ramos	2.853	4.836	—	—	17	2.017	1	10	1.985	—
Patrimonial	4.268	7.962	—	—	6.290	6.177	1.311	1.287	(21)	1.165
Transportes	—	99	—	—	—	—	—	—	19	1
Rural	9.369	7.066	471	721	2.067	450	281	347	17	103
Total	26.024	34.742	483	740	8.778	9.738	1.757	1.939	2.033	1.547
									23.688	12.205
									1	19
									103	8.687
									39.075	48.706
									Circulante	23.688
									Não circulante	15.387
									Total	39.075

b. Demonstração do percentual ressegurado:

Ramo	Prêmios emitidos líquidos de cosseguro		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões (a)		% Ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rural	69.510	55.428	(47)	10.188	0%	18%
Automóvel	33.402	45.420	40	4.225	0%	9%
Patrimonial	4.505	26.540	1.012	6.964	22%	26%
Transportes	(489)	2.174	20	392	-4%	18%
Demais ramos	1.444	7.078	11.359	2.034	787%	29%
Total	108.372	136.640	12.384	23.803	11%	17%

a) A tabela a seguir demonstra a abertura por resseguradora:

Ressegurador	Categoria	Prêmio cedido		% cedido	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	Local Sem Rating	2.098	3.797	17%	16%
MAPFRE RE DO BRASIL CIA DE RESSEGURO	Local Sem Rating	1.290	7.399	10%	33%
AUSTRAL RESSEGURO S/A	Local Sem Rating	661	5.563	5%	23%
AXA XL RESSEGUROS S.A.	Local Sem Rating	(1)	—	0%	0%
MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURO S.A.	Local Sem Rating	2.552	4.344	21%	18%
SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local Sem Rating	447	793	4%	3%
HANNOVER RUCKVERSICHERUNG AG	Admitido AA-	86	219	1%	1%
EVEREST REINSURANCE COMPANY	Admitido A1	134	—	1%	0%
CATLIN RE SWITZERLAND LTD	Admitido A++	(1)	—	0%	0%
TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	Eventual A++	881	1.204	7%	5%
ODYSSEY REINSURANCE COMPANY	Eventual A+	(22)	240	0%	1%
TALANX AG	Eventual AA-	4.259	42	34%	0%
LIBERTY SYNDICATE MANAGEMENT LIMITED	Eventual AA-	—	202	0%	1%
Total		12.384	23.803	100%	100%

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

8.1 Títulos e créditos a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e créditos a receber (8.1a)	80.032	501
Créditos tributários e previdenciários (8.2)	63.894	69.227
Depósitos judiciais (8.1b e 16)	272.375	255.917
Outros créditos	104	105
Total	416.405	325.750
Circulante	81.362	1.712
Não circulante	335.043	324.038
Total	416.405	325.750

a. Títulos e créditos a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e créditos a receber	572	501
Partes relacionadas (19a)	79.000	—
Ressarcimento a Receber	460	—
Total	80.032	501

b. Depósitos Judiciais:

	31/12/2025	31/12/2024
Ações tributárias (16)	271.876	254.715
Sinistros judiciais (16)	390	1.080
Ações trabalhistas (16)	107	120
Ações cíveis (16)	2	2
Total	272.375	255.917

★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos correspondem a despesas diretamente relacionadas à emissão e comercialização de contratos de seguro, incluindo comissões de corretagem, agenciamento, remuneração de representantes, vistorias prévias vinculadas à comercialização de planos de seguros e outros custos correlatos, e apresentam a seguinte composição:

a. Composição:	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	44.652	55.989
Rural	40.145	40.782
Demais Ramos	506	930
Transportes	20	158
Patrimonial	4.024	8.144
Total	89.347	106.003
Circulante	51.468	49.180
Não circulante	37.879	56.823
Total	89.347	106.003

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para data-base 31 de dezembro 2025, sendo mesmo prazo para 31 de dezembro de 2024. O quadro abaixo demonstra a movimentação do custo de aquisição diferido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025:

b. Movimentação:	106.003
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.901
(+) Constituições	(55.557)
(-) Diferimento para despesa	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	89.347

11. ATIVO IMOBILIZADO

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

(-) Depreciação	(134)	(134)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	592	592
Taxa anual de depreciação - %	4%	

12. CONTAS A PAGAR

Obrigações a pagar		
Impostos e encargos sociais a recolher (a)		
Impostos e contribuições (a)		
Fornecedores		
Convênio Yelum Seguros (19.a)		
Outras contas a pagar		
Total	7.784	8.550
Tributos diferidos (a)	171	209
Total	171	209
Circulante	6.132	6.898
Não circulante	1.823	1.861
Total circulante	7.955	8.759
(a) Impostos e contribuições a pagar		

IOF sobre prêmios de seguros	836	880
Imposto sobre serviços retido na fonte	69	26
PIS e COFINS retido na fonte	13	24
Contribuições ao INSS e ao FGTS	103	60
Imposto de renda retido na fonte	67	49
Outros	9	7
Impostos e encargos	1.097	1.046

PIS e COFINS	351	558
Imposto de renda - Corrente	703	309
Contribuição social - Corrente	549	385
Subtotal	1.252	694
Imposto de renda - Diferido	505	481
Contribuição social - Diferida	301	287
Subtotal (vide nota 8.2)	806	768
Impostos e contribuições	2.408	2.020
Imposto de renda sobre reserva de reavaliação	107	131
Contribuição social sobre reserva de reavaliação	64	78
Tributos diferidos (vide nota 8.2)	171	209
- A ser realizado em até 12 meses	2.408	2.020
- A ser realizado após 12 meses	171	209
Total	2.579	2.229

13. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Prêmios a restituir	-	1.261
Operações com seguradoras	-	2.031
Operações com resseguradoras	13.757	9.105
Corretores de seguros e resseguros	23.576	24.111
Total	37.333	36.508
Circulante	37.332	36.506
Não circulante	1	2
Total	37.333	36.508

14. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Composição por recebimento

0 a 3 meses	1.069	11.987
3 a 6 meses	247	224
9 a 12 meses	173	343
Acima de 12 meses	7.103	-
Total	8.592	12.554

15. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

a. Composição:

Provisões técnicas de contratos de seguros	resseguro	resseguro	resseguro	resseguro
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (b)	223.996	197.489	264.491	229.009
Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas (b)	39.816	31.038	45.055	35.317
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (b)	18.908	17.151	18.375	16.436
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (b)	15.474	13.441	17.122	15.575
Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar	2.813	2.813	-	-
Total	301.006	261.931	345.043	296.337
Circulante	193.707	170.019	198.457	173.817
Não circulante	107.299	91.912	146.586	122.520
Total	301.006	261.931	345.043	296.337
b. Abertura por ramo:		Provisão de prêmios	Provisão de prêmios	Provisão de prêmios

b. Abertura por ramo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	86.637	77.091	103.784	88.986
Demais Ramos	2.015	(867)	3.784	(1.034)
Rural	115.185	105.345	117.634	109.829
Patrimonial	20.059	15.791	38.489	30.527
Transportes	100	129	800	701
Total	223.996	197.489	264.491	229.009

	Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	4.693	4.289	7.228	6.134
Demais Ramos	3.498	3.482	7.231	5.232
Rural	13.390	11.323	7.578	7.111
Patrimonial	17.898	11.608	18.160	11.983
Transportes	337	336	4.858	4.857
Total	39.816	31.038	45.055	35.317

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	2.800	2.636	2.444	2.149
Demais Ramos	6.855	6.854	7.717	7.707
Rural	2.603	2.322	1.374	1.027
Patrimonial	6.641	5.330	6.827	5.540
Transportes	8	8	13	13
Total	18.908	17.151	18.375	16.436

	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	2.953	2.920	4.404	4.125
Demais Ramos	5.302	3.317	6.837	6.837
Rural	164	147	432	330
Patrimonial	7.195	7.216	6.187	5.022
Transportes	(141)	(159)	(738)	(739)
Total	15.474	13.441	17.122	15.575

	Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar - PVR			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	876	876	—	—
Demais Ramos	(9)	(9)	—	—
Rural	465	465	—	—
Patrimonial	428	428	—	—
Transportes	1.053	1.053	—	—
Total	2.813	2.813	—	—

c. Movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	PPNG	PSL/PDR	IBNR	IBNER	PVR	Total
(+) Constituições decorrentes de prêmios	264.491	45.055	18.375	17.122	3.291	348.334
(-) Diferimento pelo risco decorrido	108.372	-	-	-	934	109.306
(+) Aviso/Reabertura de sinistro	(148.867)	-	-	-	-	(148.867)
(-) Pagamento de sinistros/PVR	-	64.949	-	-	-	64.949
(+/-) Ajuste de estimativa/Cancelamento de sinistro	-	(77.255)	-	-	(1.412)	(78.667)
(+) Atualização monetária e juros	-	8.106	533	(1.648)	-	6.990
Saldo em 31 de dezembro de 2025	223.996	39.816	18.908	15.474	2.813	301.006

15.1. Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

Total das provisões técnicas (a)	301.006	345.043
(-) Ativos de resseguro	29.440	34.098
(-) Custos de aquisição diferidos (i)	35.752	42.646
(-) Direitos creditórios (ii)	37.245	33.561
Exclusões (b)	102.437	110.305
(=) Total a ser coberto (c) = (a-b)	198.569	234.738
Bens Vinculados à cobertura das Reservas		
Títulos de renda fixa - privados	30.144	53.657
Títulos de renda fixa - públicos	290.165	255.326
Total Bens Vinculados (d)	320.309	308.983
Bens Não Vinculados à Cobertura das Reservas		
Caixa/Bancos	728	721
Outras Aplicações	13.418	160.613
Total Bens Não Vinculados (e)	14.146	161.334
Ativos Totais (f) = (d+e)	334.455	470.317
(=) Suficiência (f-c)	135.886	235.579

(i) Somente são oferecidos os custos de aquisição diferidos já quitados. (ii) Montante correspondente às parcelas a vencer dos componentes dos prêmios a receber e de apólices de risco a decorrer líquido de adicional de fracionamento, custo de apólice, parcelas vencidas e não quitadas ou parcelas de prêmios cedidos em resseguro ou cosseguro. 15.2. Desenvolvimento de sinistros ocorridos: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações re-estimadas ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.

Bruto de Resseguro								(Em milhares de reais)
Provisão de sinistros judiciais								811
Provisão de sinistros administrativos Liq Salvados								23.059
(-) IBNR + IBNER								(34.381)
Provisão de Sinistros a Liquidar de Anos Anteriores a 2020								50.327
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros								39.816
Sinistros Administrativos - Estimativas com IBNR e IBNER								(Em milhares de reais)
Período de Cadastro	Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro	3.242.359	69.750	76.187	73.269	70.123	56.913	57.420	57.420
1 ano depois	3.407.329	73.475	77.569	76.260	72.163	58.584		58.584
2 anos depois	3.413.454	73.503	77.491	76.305	72.163			72.163
3 anos depois	3.412.733	73.433	77.486	76.305				76.305
4 anos depois	3.415.009	73.416	77.486					77.486
5 anos ou + mais tarde:	3.419.221	73.416						73.416
Estimativa Acumulada na Data-Base	3.419.221	73.416	77.486	76.305	72.163	58.584	57.420	3.834.596
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	176.863	3.666	1.299	3.035	2.040	1.671	-	188.574
Sinistros Administrativos - Pagos								(Em milhares de reais)
Período de Cadastro	Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro	(2.672.492)	(54.941)	(57.435)	(55.374)	(55.623)	(47.747)	(48.822)	(48.822)
1 ano depois	(3.323.942)	(72.205)	(76.043)	(74.861)	(70.442)	(49.157)		(49.157)
2 anos depois	(3.347.078)	(72.356)	(76.246)	(75.000)	(70.442)			(70.442)
3 anos depois	(3.355.385)	(72.516)	(76.350)	(75.000)				(75.000)
4 anos depois	(3.360.633)	(72.543)	(76.350)					(76.350)
5 anos depois	(3.373.741)	(72.543)						(72.543)
Pagamentos Acumulados na Data-Base	(3.373.741)	(72.543)	(76.350)	(75.000)	(70.442)	(49.157)	(48.822)	(3.766.056)
Passivo Representado no Quadro	45.480	873	1.137	1.305	1.720	9.427	8.598	68.539
Sinistros Judiciais - Estimativas								(Em milhares de reais)
Período de Cadastro	Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro	11.265	13	53	381	132	393	440	440
1 ano depois	36.732	97	310	1.449	468	393		393
2 anos depois	52.285	108	725	1.783	469			469
3 anos depois	64.614	437	769	1.783				1.783
4 anos depois	73.763	557	769					769
5 anos depois	122.523	557						557
Estimativa Acumulada na Data-Base	122.523	557	769	1.783	469	393	440	126.933
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	111.257	544	716	1.402	337	-	-	114.257
Sinistros Judiciais - Pagos								(Em milhares de reais)
Período de Cadastro	Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro	(3.350)	(13)	(51)	(30)	(125)	(177)	(442)	(442)
1 ano depois	(14.046)	(31)	(218)	(228)	(232)	(177)		(177)
2 anos depois	(25.208)	(31)	(307)	(1.449)	(233)			(233)
3 anos depois	(37.412)	(337)	(794)	(1.449)				(1.449)
4 anos depois	(46.615)	(504)	(794)					(794)
5 anos depois	(117.676)	(504)						(504)
Pagamentos Acumulados na Data-Base	(117.676)	(504)	(794)	(1.449)	(233)	(177)	(442)	(121.275)
Passivo Representado no Quadro	4.847	53	(25)	334	236	216	(2)	5.658

→★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Líquido de Resseguro								(Em milhares de reais)	
Provisão de sinistros judiciais								1.006	
Provisão de sinistros administrativos Liq. Salvados								18.693	
(-) IBNR + IBNER								(30.591)	
Provisão de Sinistros a Liquidar de Anos Anteriores a 2020								41.930	
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros								31.038	
Sinistros Administrativos - Estimativas com IBNR e IBNER								(Em milhares de reais)	
Período de Cadastro								Total	
No ano de cadastro								46.548	
1 ano depois								47.491	
2 anos depois								58.499	
3 anos depois								61.857	
4 anos depois								62.815	
5 anos ou + mais tarde:								59.515	
Estimativa Acumulada na Data-Base								3.108.548	
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais								152.869	
Sinistros Administrativos - Pagos								(Em milhares de reais)	
Período de Cadastro								Total	
No ano de cadastro								39.578	
1 ano depois								(39.578)	
2 anos depois								(39.850)	
3 anos depois								(57.105)	
4 anos depois								(60.800)	
5 anos depois								(61.894)	
Pagamentos Acumulados na Data-Base								(3.052.986)	
Passivo Representado no Quadro								55.562	
Sinistros Judiciais - Estimativas								(Em milhares de reais)	
Período de Cadastro								Total	
No ano de cadastro								342	
1 ano depois								505	
2 anos depois								480	
3 anos depois								1.842	
4 anos depois								758	
5 anos depois								549	
Estimativa Acumulada na Data-Base								125.184	
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais								112.787	
Sinistros Judiciais - Pagos								(Em milhares de reais)	
Período de Cadastro								Total	
No ano de cadastro								(247)	
1 ano depois								(285)	
2 anos depois								(230)	
3 anos depois								(1.427)	
4 anos depois								(783)	
5 anos depois								(497)	
Pagamentos Acumulados na Data-Base								(119.117)	
Passivo Representado no Quadro								6.067	

16. PROVISÕES JUDICIAIS E SINISTROS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista, cível e sinistros. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Qtde.	Valor reclamado	Valor provisionado	Qtde.	Valor reclamado	Valor provisionado
<i>Tributária (a)</i>						
Perda provável	4	271.942	271.488	4	254.801	254.369
Perda possível	11	296.653	—	12	147.971	—
Subtotal	15	568.595	271.488	16	402.772	254.369
<i>Cível (b)</i>						
Perda provável	8	1.225	706	41	1.536	913
Perda remota	23	1.478	—	37	3.193	—
Subtotal	31	2.703	706	78	4.729	913
<i>Trabalhista (c)</i>						
Perda provável	3	759	2.973	3	2.893	2.761
Perda remota	1	182	—	1	166	—
Subtotal	4	941	2.973	4	3.059	2.761
Total	50	572.239	275.167	98	410.560	258.043
<i>Sinistro judicial (d)</i>						
Perda provável	28	34.215	2.316	46	7.649	3.694
Perda remota	33	29.224	103	40	10.296	—
Total	61	63.439	2.419	86	17.945	3.694

a) *Contingências tributárias:* A Seguradora contesta judicialmente e administrativamente a exigibilidade de certos tributos e contribuições. Até a obtenção de sentença final favorável, os processos que se encontram na esfera judicial ou administrativa são provisionados sempre que a probabilidade de desembolso futuro seja considerada provável. As principais ações em curso estão descritas abaixo: i) A Companhia discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e obteve, perante o Tribunal Regional Federal da 3ª região, em fevereiro de 2006, liminar para depositar em juízo o valor relativo à COFINS, cujos valores não recolhidos estão provisionados na rubrica "Provisões Judiciais" enquadrando como obrigação legal no montante de R\$ 267.061 (R\$ 250.139 em 2024). Para este processo, a Companhia obteve trânsito em julgado favorável em 2012 para o não recolhimento da COFINS sobre receitas financeiras e demais, porém, mantém os valores provisionados contabilmente pelo total das Receitas, pois existem recursos extraordinários e especial interpostos, pendentes de julgamento. ii) A Companhia constituiu provisão e depósito judicial principal de R\$ 693 (R\$ 693 em 2024) e sua atualização de R\$ 4.359 (R\$ 4.144 em 2024) e, em função de perda na discussão de auto de infração na esfera administrativa, relacionado à dedução das despesas financeiras e adição de outras receitas operacionais na base de cálculo do PIS, correspondente ao período de março a dezembro de 1998 e no exercício de 2002. iii) Em novembro de 2014, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, no montante de R\$ 59.114. Em 31 de dezembro de 2024, em esfera Judicial, o montante atualizado é de R\$ 121.482 (R\$ 105.776 em 2024); Em agosto de 2018, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, no montante de R\$ 21.105. Em 31 de dezembro de 2024, em esfera Administrativa, o montante atualizado é de R\$ 37.894 (R\$ 34.860 em 2024); A questão tratada no presente auto de infração diz respeito à invalidade da amortização, para fins tributários, do ágio oriundo da compra Liberty International Brasil Ltda. da empresa Indiana Seguros S.A. ocorrida em 2008, de acordo ao previsto na legislação em vigor à época. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, avalia a probabilidade de perda desta causa na esfera judicial como possível, e, portanto, não constituiu qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis. iv) Ação Anulatória visando ao cancelamento dos valores de IRPJ e CSLL, lançados nos autos do Processo Administrativo 16327.721121/2014-50, decorrentes da glosa de despesas de amortização fiscal de ágio deduzidas nos anos calendário de 2009 a 2012, bem como os respectivos juros de mora e penalidade de ofício (75%), o montante atualizado é de R\$ 89.478 (R\$83.314 em 2024). v) Trata-se de reflexo direto das compensações de ofício que foram realizadas pela Fiscalização quando da lavratura do auto de infração que deu origem ao Processo Administrativo. Segundo relatado no Termo de Verificação Fiscal, a Indiana não poderia se valer de nenhum tipo de prejuízo fiscal/base negativa de CSLL até que sobrevenisse decisão favorável no CARF cancelando as glosas tratadas naqueles anos de 2013 e 2014, o montante atualizado é de R\$ 40.228 (R\$35.472 em 2024). vi) A Companhia contesta a cobrança de ISS - Imposto sobre Serviços retido na fonte, na esfera judicial 1 (um) processo, pela Prefeitura Municipal de Campinas nos valores de R\$ 68 (R\$ 86 em 2024). vii) A Companhia é autora para o levantamento de saldo remanescente de depósito judicial, de 2019, referente a processo de ICMS no valor de R\$ 454 (R\$ 431 em 2024). viii) A Companhia é autora sobre cobranças de IPVA, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 1.926. ix) A Companhia é autora sobre um processo do AIRE, 1993, no valor de R\$ 624 (R\$ 602 em 2024). x) A Companhia contesta a cobrança de Infrações de Trânsito, 1 (um) processo, no valor de R\$ 1 (R\$ 7 em 2024). xi) A Companhia é autora de um processo sobre o INSS S/AVISO PRÉVIO INDENIZADO, 2017 no valor de R\$ 320 (R\$ 294 em 2024). xii) A Companhia é autora de 1 (um) processo de CSLL, no valor de R\$ 4.699 (4.464 em 2024). b) *Contingências cíveis:* As ações cíveis impetradas por segurados são relacionadas, em sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial, ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas, no montante de R\$ 1.048 (R\$ 913 em 2024). c) *Contingências trabalhistas:* A Seguradora é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 2.862 (R\$ 2.761 em 2024). d) *Contingências relacionadas a sinistros:* Na provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro, no valor de R\$ 31.038 (R\$ 35.317 em 2024), vide nota explicativa nº 15b, foram registrados os sinistros em discussão judicial, no montante de R\$ 2.419 (R\$ 3.694 em 2024). Esses sinistros foram provisionados com base nos valores estimados pelos consultores legais e pelo departamento jurídico da Seguradora, com base na experiência histórica das áreas técnicas para cada ramo de seguro. A movimentação das contingências passivas foram:

	Contingências			
	Tributária	Cível	Trabalhista	Sinistro judicial
Saldo final em 31 de dezembro de 2024 (a + b + c + d + e)	254.369	913	2.761	3.694
(+) Novas constituições no exercício (a)	—	308	54	251
(-) Total pago no exercício (b)	—	(130)	—	(1.396)
(-) Baixa da provisão por êxito (c)	—	(203)	(54)	(115)
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades (d)	—	(220)	(15)	(52)
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros (e)	17.119	38	227	37
Saldo final em 31 de dezembro de 2025 (a + b + c + d + e)	271.488	706	2.973	2.419
Quantidade de processos com probabilidade de perda provável	4	8	3	28
Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa nº 8.1.)	254.715	3	120	1.080
Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 (vide nota explicativa nº 8.1.)	271.876	2	107	390

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) *Capital social:* O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 311.199 (R\$ 311.199 em 2024) e está representado por 37.548.261 ações nominativas e sem valor nominal (37.548.261 ações em 2024), sendo: • 30.673.261 (30.673.261 em 2024) ações ordinárias; • 6.875.000 (6.875.000 em 2024) ações preferenciais. (b) *Reserva de reavaliação:* Refere-se à reavaliação dos imóveis, líquidos dos efeitos tributários e das realizações mensais da reserva que serão mantidas até a sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reavaliação de imóveis totalizou R\$ 284 (R\$ 340 em 2024). (c) *Dividendos e juros sobre capital próprio:* O estatuto social da Companhia determina o pagamento aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Em nove Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias realizadas ao longo do exercício foram deliberados e aprovados os pagamentos de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 34.452 e dividendos de R\$71.000. AGO de 19 de março de 2025 - R\$ 7.698 - JCP; AGO de 13 de junho de 2025 - R\$ 8.497 - JCP; AGE de 16 de julho de 2025 - R\$ 2.970 - JCP; AGO de 13 de agosto de 2025 - R\$ 2.992 - JCP; AGE de 16 de setembro de 2025 - R\$ 3.014 - JCP; AGE de 24 de outubro de 2025 - R\$ 3.071 - JCP; AGE de 26 de novembro de 2025 - R\$ 3.094 - JCP; AGE de 6 de janeiro de 2026 - R\$ 71.000 - DIVIDENDOS; AGE de 17 de dezembro de 2025 - R\$ 3.116 - JCP. • *Rerratificação de dividendos e ajustes contábeis:* Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia havia aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 150.000.000, cujo pagamento foi efetuado em **23 de dezembro de 2025**. Posteriormente, verificou-se que, por equívoco, o valor correto aprovado deveria ter sido de R\$ 71.000.000. Em Assembleia realizada para rerratificação, deliberou-se pelo cancelamento parcial de R\$ 79.000.000, correspondente ao valor pago a maior. O valor de R\$ 79.000.000 indevidamente pago foi registrado contabilmente como **contas a pagar** na HDI Seguros S.A. e como **contas a receber** na Indiana Seguros S.A. até sua **liquidação em 09 de janeiro**

de 2026, quando ocorreu a regularização integral entre as partes. (d) *Reserva de lucros:* Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 29.079 (R\$ 86.582 em 2024), sendo reserva estatutária R\$ 11.305 (R\$ 71.202 em 2024), e reserva legal R\$ 17.775 (R\$ 15.380 em 2024). (e) *Resultado por ação:* O lucro líquido por ação básica da Companhia, 31 de dezembro de 2025 e 2024 é calculado pela divisão da quantidade de ações nominativas e sem valor nominal. O cálculo do lucro líquido por ação básico é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	47.893	29.532
Quantidade de ações	37.548.261	37.548.261

Lucro líquido por ação básica (em reais)
18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

18.1. Prêmios emitidos: Os prêmios líquidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneros. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2025		31/12/2024			
	Prêmios auferidos	Prêmios emitidos líquidos de cosseguro	Prêmios emitidos líquidos de cosseguro	2025	2024	
Automóvel	33.402	33.402	45.420	31%	33%	
Demais Ramos	1.444	1.444	7.078	1%	5%	
Rural	69.510	69.510	55.428	64%	41%	
Transportes	(489)	(489)	2.174	0%	2%	
Patrimonial	4.505	4.505	26.540	4%	19%	
Total	108.372	108.372	136.640	100%	100%	
	31/12/2025		31/12/2024			
	Bruto de Resseguro	Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	33.402	(48)	33.450	45.420	4.225	41.195
Patrimonial	4.505	1.012	3.493	26.540	6.964	19.576
Rural	69.511	11.359	58.151	55.428	10.188	45.240
Transportes	(489)	20	(509)	2.174	392	1.782
Demais Ramos	1.444	41	1.403	7.078	2.034	5.044
Total	108.372	12.384	95.988	136.640	23.803	112.837

18.2. Variações das provisões técnicas de prêmios: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	40.495	(8.975)	31.520	81.192	(16.288)	64.904
Total da variação das provisões técnicas	40.495	(8.975)	31.520	81.192	(16.288)	64.904

→★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. -

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18.8. Despesas com Tributos:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	(753)	(799)
COFINS	(4.634)	(4.922)
Taxa de fiscalização	(2.206)	(2.206)
Outras	(309)	(226)
Total	(7.902)	(8.153)

18.9. Resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	78.027	65.139
Rendimentos títulos da dívida pública	52.632	39.532
Rendimentos CDB	—	332
Rendimentos debêntures	2.382	4.462
Receitas com operação de seguros	559	435
Atualização monetária	17.205	13.316
Outras receitas financeiras	5.249	7.062
Despesas financeiras	(16.383)	(14.263)
Despesas com operação de seguros	1.099	(791)
Atualização monetária	(17.121)	(13.252)
Outras despesas financeiras	(361)	(220)
Total de resultado financeiro	61.644	50.876

18.10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos e participações	56.670	48.998	56.670	48.998
Juros sobre o capital próprio	(34.452)	—	(34.452)	—
Resultado antes da tributação sobre o lucro	22.218	48.998	22.218	48.998
Diferenças temporárias	195	(267)	195	(267)
Diferenças permanentes	306	657	306	657
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízos	22.719	49.388	22.719	49.388
Compensação de prejuízos	(520)	(14.817)	(1.657)	(14.817)
Resultado fiscal do exercício	22.199	34.571	21.062	34.571
Tributos calculados pelas alíquotas nominais (nota 3.11)	(3.330)	(5.186)	(3.159)	(5.185)
Adicional IRPJ (10%)	(2.196)	(3.433)	—	—
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	49	(67)	29	(40)
Credito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa	(130)	(3.704)	(249)	(2.223)
Incentivos fiscais	209	372	—	—
Encargos sobre o lucro do exercício (1)	(5.398)	(12.018)	(3.379)	(7.448)
Alíquotas efetiva (%)	-24,89%	-24,93%	-15%	-15%

(1) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 24,89% (24,93% em 2024).

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri
CEO

Reinaldo Amorim Lopes
CFO

Marcos Machini
Diretor Vice-Presidente

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretora Vice-Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach
Presidente do Conselho

Nicolas Masjuan
Vice-Presidente do Conselho

Maximiliano Javier Casas Sanchez
Conselheiro

CONTADOR

Rogério do Nascimento
CRC 1SP259014/O-4

ATUÁRIA

Mirela Barboza Pontes
MIBA 1916

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcos Machini
Diretor Vice-Presidente

DIRETOR RESPONSÁVEL CONTROLES INTERNOS

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretora Vice-Presidente

COMITÊ DE AUDITORIA

José Octávio Vianello de Mello

Nicolas Masjuan

Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da HDI Seguros S.A.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Indiana Seguros S.A. - São Paulo - SP - CNPJ: 61.100.145/0001-59 - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras,

observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

EY Shape the future
with confidence

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte, andar 6, conj. 61, Vila Nova Conceição,
CEP: 04543-907, São Paulo

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS - CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva - Atuário - MIBA 2.043

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes
(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)
Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2025

Provisões Técnicas
Provisão de Prêmios Não Ganhos
Provisão de Sinistros a Liquidar
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados
Provisão de Despesas Relacionadas
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar
Total de Provisões Técnicas
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas
Direitos Creditórios
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG
Ativos de Resseguro Redutores de PPNG
Ativos de Resseguro Redutores de PSL
Ativos de Resseguro Redutores de IBNR
Ativos de Resseguro Redutores de PDR
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)
Capital Base (b)
Capital de Risco - Subscrição (c)
Capital de Risco - Crédito (d)
Capital de Risco - Operacional (e)
Capital de Risco de Mercado (f)
Redução por Correlação dos Riscos (g)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)
Suficiência do PLA (a) - (i)

Em Milhares de R\$
223.996
54.283
18.088
1.826
2.813
301.006
Em Milhares de R\$
37.245
35.752
16.872
10.800
1.757
11
102.437
Em Milhares de R\$
292.352
15.000
18.885
17.137
1.227
9.232
(10.247)
36.234
36.234
256.118

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Indiana Seguros S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Indiana Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA**

Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.6, 3.7 e 15)

A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, por meio do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Em conjunto com nossos especialistas da área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

—★ continuação

INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de

apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

www.indianaseguros.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>